Americanos

querem lei

DIREITOS HUMANOS contra sigilo

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON – Um grupo de deputados americanos apresentou ontem projeto de lei que tem como objetivo forçar o governo americano a liberar ao público documentos secretos sobre violações aos direitos humanos na Guatemala, em Honduras e outros países da América Latina que sofreram influência da política americana. O projeto é semelhante a outro rejeitado no ano passado. Ainda assim, seus patrocinadores concluíram que a simples colocação do projeto na pauta teve impacto na divulgação de documentos requisitados pela Comissão de Esclarecimento Histórico da Guatemala e pela Comissão de Direitos Humanos de Honduras.

“A busca pela verdade na Guatemala não terminou com o relatório da Comissão de Esclarecimento, que não mencionou os nomes dos autores das violações nem localizou mortos e desaparecidos durante a campanha de terror,” disse o deputado Tom Lantos, principal patrocinador da lei. No caso da Comissão de Honduras, há pedidos pendentes em agências do governo americano desde 1993. Mais recentemente, desde que o ex-ditador Augusto Pinochet foi preso na Inglaterra, em 1998, uma corte espanhola fez pedidos ainda não atendidos de informações de arquivos americanos sobre a ditadura militar chilena.

Se aprovada, a lei – que se chama Ato de Informação sobre Direitos Humanos – garantirá a divulgação de todos os documentos relativos a violações de direitos humanos, contanto que os arquivos não comprometam a segurança nacional dos Estados Unidos. A lei também agilizará o processo de liberação, determinando um período máximo de 120 dias para que, uma vez feito um pedido de informação por grupos internacionais de direitos humanos, como a Comissão de Honduras, a agência americana divulgue o material.

Segundo o projeto, o governo americano tem em seus arquivos documentos relativos a “sérias violações de direitos humanos no exterior que são necessários para que autoridades estrangeiras documentem, investiguem e processem” indivíduos responsáveis. A lei também diz que os EUA têm “interesse significativo” em que sociedades democráticas investiguem essas violações, para garantir que terrores do passado não voltem a assombrar a região.

02 MAI 1999

JORNAL DO BRASIL

01 MAI 1999